

# O "OURO BRANCO", A INDÚSTRIA TÊXTIL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARANGUAPE-CE

Maria Eduarda Oliveira de Lima <sup>1</sup> Emanuelton Antony Norberto de Queiroz <sup>2</sup> Alexsandra Maria Vieira Muniz <sup>3</sup>

#### **RESUMO**

A cultura algodoeira foi de fundamental importância para a economia cearense, e de Maranguape em particular. O crescimento da cidade atrelado à cotonicultura atraiu investimentos em infraestrutura urbana e também no setor industrial, como foi o caso da Fábrica Maranguape, pioneira do ramo têxtil local. O objetivo deste texto é resgatar a trajetória de desenvolvimento da atividade fabril têxtil em Maranguape e a importância econômica desse fixo industrial, hoje refuncionalizado em atividade do terciário. Para tanto, o plano metodológico se divide em Levantamento bibliográfico e documental; Busca por dados secundários; Visitas de campo e, por fim; Sistematização das informações e escrita. O trabalho tentou preencher as lacunas de estudos destacando a relevância de Maranguape para a cotonicultura estadual, assim como a importância do fixo industrial destacado.

Palavras-chave: Cultura algodoeira; Indústria têxtil; Terciário.

#### **ABSTRACT**

Cotton cultivation was of fundamental importance to the economy of Ceará, and Maranguape in particular. The city's growth linked to cotton farming attracted investment in urban infrastructure and also in the industrial sector, as was the case with the Maranguape Factory, a pioneer in the local textile industry. The aim of this text is to recount the development of the textile factory in Maranguape and the economic importance of this industrial site, which has now been refunctionalized into a tertiary activity. To this end, the methodological plan is divided into a Bibliographical and documentary survey; Search for secondary data; Field visits and, finally; Systematization of information and writing. The work attempted to fill in the gaps in studies by highlighting the importance of Maranguape for the state's cotton industry, as well as the importance of the industrial plant highlighted.

**Keywords:** Cotton cultivation; Textile industry; Tertiary.

## INTRODUÇÃO

Ao final do século XVIII e ao longo do século XIX, o algodão se tornou o principal produto cultivado em terras cearenses, com procura no mercado interno e externo. Devido ao alto valor agregado ao processo de produção e o seu peso na economia local, a fibra produzida

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Mestranda do PPGGEO da Universidade Federal do Ceará - UFC, mariaeduardaodl@alu.ufc.br;

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Mestre em Geografía pela Universidade Federal do Ceará - UFC, emanuelton@alu.ufc.br;

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Profa. do departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, geoalexsandraufc@gmail.com;



no Ceará ficou conhecida como "ouro branco". Maranguape tornou-se nesse período um dos principais produtores do Estado, sendo o principal por alguns anos, visto que a fibra produzida no município era de excelente qualidade, preferida no mercado externo (Leitão, 2009).

Seguindo lógica similar à de boa parte dos municípios cearenses, a atividade agrícola em Maranguape facilitou o surgimento de pequenas fábricas. De acordo com Aragão (2005), essa dependência da produção agrícola foi o motivo pelo qual os primeiros centros industriais estavam associados às culturas de cultivo locais, como aguardente, óleos vegetais, beneficiamento de algodão, fabricação de rapadura, etc. Foi nesse contexto que chegou à Maranguape sua primeira indústria têxtil, a Fábrica Gradvohl ou Fábrica Maranguape, na década de 1920.

Apesar da relevância agrícola no período citado, identifica-se uma incompatibilidade que constitui a problemática central deste texto: embora Maranguape tenha se consolidado como um polo algodoeiro não só no Ceará, mas no Brasil, e recebeu investimentos têxteis pioneiros, a industrialização local aconteceu de forma lenta e tardia. Tomando como referência a trajetória da Fábrica Maranguape, é possível verificar essa diferença, pois, ao passo que simbolizou a integração da cotonicultura ao processo industrial, também expôs as fragilidades estruturais que levariam à sua posterior desativação. O espaço fabril, recentemente refuncionalizado em empreendimento do setor terciário, reflete ainda como as dinâmicas atuais no ciclo produtivo interferem diretamente na configuração urbana do município.

Diante disso, este artigo objetiva analisar a trajetória industrial de Maranguape, sua forte ligação com o cultivo de algodão local e a instalação da primeira indústria têxtil, destacando sua importância como fixo industrial e suas repercussões na produção e reorganização do espaço urbano, hoje refuncionalizada no Pátio Pirapora.

#### **METODOLOGIA**

Visando alcançar o objetivo elencado, alguns passos metodológicos foram adotados. No levantamento bibliográfico, foram consultados os trabalhos de Aragão (1989, 2002), Leitão (2009), Mendes (2006), publicações da jornalista maranguapense Nunes (2021a, 2021b e 2021c), entre outros. Considerando que no Ceará o desenvolvimento industrial foi fomentado por ações governamentais, fez-se necessária a pesquisa por censos, mapas, anuários, dados estatísticos e programas de governo. Foram consultados o Instituto Brasileiro



de Geografia e Estatística (IBGE), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Diante da investigação de um fixo industrial de grande importância para a cidade de Maranguape, atualmente refuncionalizado, foram feitas visitas de campo na antiga vila operária, na localização da fábrica ao longo do processo de demolição e construção do novo empreendimento.

Munidos do material coletado, foi possível sistematizar e interpretar as informações para escrita. Além de salientar a importância da atividade investigada, buscamos compreender as transformações causadas a partir dela, em âmbito econômico, espacial e social.

# MARANGUAPE: OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO TERRITORIAL

Maranguape é um dos municípios que faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)<sup>4</sup>, como mostra a Figura 1, localizado a cerca de 27 km da capital. Sua população é de 105.093 pessoas (IBGE, 2022), distribuídas em 17 distritos.

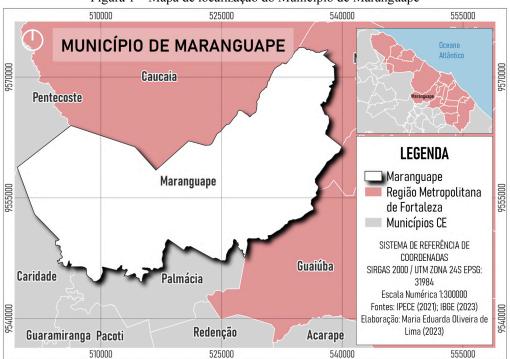


Figura 1 – Mapa de localização do Município de Maranguape

Fonte: IPECE (2021); IBGE (2023). Elaborado por Lima (2023).

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> A RMF foi criada pela Lei Complementar Federal n. 14/1973, com cinco municípios: Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. Atualmente conta com 19: Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante.



As origens da ocupação estrangeira em Maranguape datam do século XVII, quando expedições holandesas, que já ocupavam Pernambuco, chegaram em seu território à procura de metais preciosos. Matias Beck, capitão de frotas e administrador de colônias responsável pela expedição, comandou uma frota composta por cerca de 298 homens, composta por soldados brancos, mestiços, nativos e negros escravos (IBGE, 1959).

Apoiando-se no conflito entre os povos originários que viviam na região nativos e portugueses, com promessas e presentes, os holandeses conseguiram acampar e explorar a área. Entre 1649 e 1654, se dedicaram à busca por metais, mas diante do baixo volume encontrado encerraram a exploração. Após esse episódio, a presença do homem branco no atual território do município foi suspensa por um longo período (Leitão, 2009).

Ao longo do século XVIII, foram concedidas as primeiras sesmarias a cinco portugueses, mas o povoamento só se intensifica no século XIX. (IBGE, 1959). Não fugindo a dinâmica geral da colonização brasileira, em Maranguape os donatários aos poucos dominaram totalmente o território, expulsando parte dos nativos, considerados rebeldes, enquanto aprisionavam os demais, transformando-os em escravos.

Ainda no século XIX, o café tornou-se o principal produto local, responsável por impulsionar a economia, gerar trabalhos e estabelecer vínculos com outras regiões. Maranguape então passa a compor uma rede regional de fluxos comerciais, exportando parte de sua produção para municípios vizinhos. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1959), ainda em 1851 a produção de café da província era obtida quase que completamente nas serras maranguapenses, suprindo o consumo interno com excedente para exportação.

As condições favoráveis influenciaram a elevação do distrito de Maranguape à município, segundo a Lei provincial nº. 553, de 17 de novembro de 1851 (IBGE, 1959).

O contexto estimulou transformações de ordem urbana, ao passo que a população cresceu e o município se fortaleceu economicamente. De acordo com Leitão (2009), o progresso é refletido com a chegada de obras, presença de casarões e arquitetura exuberante. Mendes (2006) destaca a construção da igreja matriz, praças (1862), agência postal de correios e telégrafos (1886), iluminação pública (1910) e chegada da energia elétrica (1917).

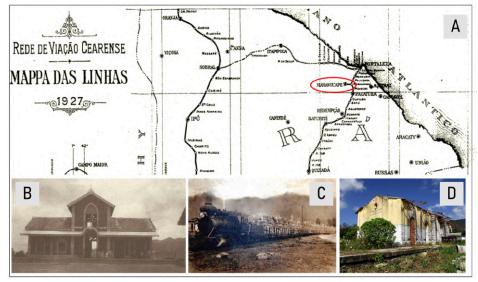
Data de 1875 a construção do ramal da estrada de ferro de Baturité, apresentado na Figura 2, que ligava Maranguape à Fortaleza, fortalecendo os vínculos comerciais.

Cortando a área central da sede do município, a via férrea direcionou o crescimento da cidade para sudeste e facilitou ainda mais a comunicação com a capital, Fortaleza. Além disso, grandes edificações de valor histórico-cultural datam desta época, como, por exemplo, o Solar dos Sombras que hoje tem como funcionalidade



o Nutrans (núcleo de transportes), controlado pela administração municipal (Mendes, 2006, p. 57).

Figura 2 – Ramal da estrada de ferro de Baturité em Maranguape, que ligava o município à Fortaleza



A imagem A mostra o mapa da Rede de Viação Cearense de 1927, com Ramal de Maranguape destacado na elipse vermelha. Apresentação: Flavio R. Cavalcanti (1930). As imagens B e D mostram a fachada do ramal, respectivamente, nas décadas de 1920 e 2021. Fonte: Ralph Mennucci Giesbrecht (2024); Acervo de Neide Nunes. Imagem C: Trem de algodão parte do pátio de Maranguape, em 1922. Foto de arquivo de Sérgio Roberto da Silva. Fonte: Nunes (2021a) Adaptado pelos autores.

No início do século XX, entre 1915 e 1920, o município passou a receber uma quantidade significativa de imigrantes sertanejos, que fugiam da crise fundiária e hídrica no Sertão Central. Fortaleza foi a principal receptora desses fluxos migratórios, entretanto, Maranguape se beneficiou com a chegada dessa parcela de pessoas, que contribuíram para a expansão urbana da cidade (Mendes, 2006).

Já na década de 1920, frente à crise da produção cafeeira no Ceará, os cafezais da serra vão sendo substituídos pela plantação de banana e na região sertaneja destaca-se o algodão.

A cultura do algodão foi fundamental para a economia de Maranguape, pois envolvia a grande maioria da mão-de-obra agrícola da época. O município era um dos principais produtores do "ouro branco" no Ceará, comercializando um produto de qualidade superior, que chegou a ser a preferida no mercado internacional. No período em que o Ceará foi o terceiro principal produtor de algodão do Brasil, obtendo cerca de um milhão e oitocentas toneladas anuais, Maranguape era responsável por um grande percentual dessas estatísticas (Leitão, 2009).

A produção algodoeira em Maranguape destinou-se a exportação e abastecer usinas de beneficiamento em Fortaleza, assim como influenciou o surgimento das primeiras usinas em seu território. É possível afirmar, portanto, que as primeiras iniciativas industrializantes foram marcadas pela estreita relação com a produção algodoeira local (Mendes, 2006).



# OURO BRANCO EM MARANGUAPE: ECONOMIA ALGODOEIRA E INDUSTRIALIZAÇÃO TÊXTIL

Os primeiros registros de procura pelo algodão cearense no mercado internacional datam do final do século XVIII, em razão da Guerra de Independência dos Estados Unidos. O algodão nordestino, em especial o cearense, acaba por preencher a lacuna deixada pelo produto norte-americano no mercado mundial (Aragão, 2002).

A partir da década de 1860, todos os negócios do Ceará passaram a gravitar em função do algodão, de forma direta ou indireta (Aragão, 1989).

De um ano para o outro, a província cobriu-se de algodoais; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado e uma das mão s e o facho noutra deixava após si rumas enegrecidas. [...] A colheita de 1863 fez duplicarem-se as lavras, que no ano seguinte produziram 1.135.650 quilogramas (Girão, 2000, p. 232).

Em Maranguape, para analisar especificamente a indústria têxtil, seguimos a periodização proposta por por Aragão (2002) na análise do contexto cearense, quatro gerações ou fases, denominadas de Pioneiros (1ª fase – 1882 a 1900), Empreendedores (2ª fase – 1900 a 1960), Modernos (3ª fase – 1960 a 1980) e Novos Empresários (4ª fase – 1980 em diante)<sup>5</sup>.

A fase dos Pioneiros no Ceará, de 1882 a 1900, é marcada por dois fatores principais: o acúmulo de algodão estocado e sem mercado comprador, em função do período pós-Guerra de Secessão (Aragão, 2002); e a iniciativa dos investidores locais que ingressaram nesse ramo industrial, até então não explorado no estado. Em Maranguape, esse período ainda era marcado pela atividade agrícola, não tendo registros de indústrias têxteis. A passagem da primeira para a segunda fase é concomitante ao movimento de declínio da cultura cafeeira, que dá lugar à produção de algodão no município, no século XX.

### 3.1 Empreendedores (2ª fase – 1900 a 1960): O início da atividade têxtil em Maranguape

A segunda fase, iniciada na virada do século, 1900, seguiu até o final dos anos 1950. Antes de se tornarem industriais, boa parte dos empresários já tinha experiência como comerciantes, personagens da dinâmica mercantil do algodão (Aragão, 2002).

Pode-se até afirmar que, enquanto os investidores pioneiros foram motivados pelo excedente de algodão para instalar suas fábricas, a segunda geração de empresários é

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Para maior aprofundamento sobre a divisão de fases da indústria têxtil cearense, consultar o livro O fiar e o tecer, de Aragão (2002). Especificamente em Maranguape, consultar Lima (2023).



formada por atores que de uma forma ou de outra comercializavam o algodão e detinham fábricas de beneficiamento deste produto. [...] Assim sendo, a entrada no setor têxtil de fiação passa a ser uma conseqüência natural na evolução dos negócios destes empresários da segunda geração têxtil cearense (Aragão, 1989, p.70).

Instalou-se no município em 1924 a Fábrica Gradvohl, ou Fábrica Maranguape<sup>6</sup>, iniciativa de empresários judeus de nacionalidade francesa, que já viviam no Ceará desde o final do século XIX, envolvidos com o comércio de algodão. Sendo essa a única indústria registrada no período, verifica-se que o desenvolvimento têxtil no município foi tardio em comparação com Fortaleza, entretanto, apresentava potencial, visto o destaque que o algodão maranguapense estava conquistando.

Dados da Câmara de Vereadores de Maranguape e do Relatório da Prefeitura municipal, apresentados por Leitão (2009, p. 112), evidenciam a ascensão do produto, pois anterior à década de 1930 a maior parte da "[...] produção de algodão era vendida em estado natural, enquanto, em 1931, havia oito usinas de beneficiamento da fibra no Município, oferecendo muitos empregos". Segundo o Almanaque do Ceará de 1948 (Leitão, 2009), a produção de algodão em 1947 foi de 214.500 arrobas.

Em 1956, o número de estabelecimentos fabris chegou a 59, eram elas dedicadas

[...] 1 à fabricação de tecidos, 6 ao beneficiamento de algodão, 3 ao de arroz, 2 ao beneficiamento de madeira, 1 à fabricação de móveis de madeira, 7 à panificação, 21 à fabricação de aguardente de cana, 3 à produção de lingüiça, 3 à matança de gado para consumo público, e 7 à produção de energia elétrica, dos quais 12 eram da classe dos que ocupavam 5 pessoas e mais (IBGE, 1959, p. 360).

A dinâmica agrícola que se desenvolveu na região estimulou as iniciativas industriais posteriores, como é o caso da instalação da Fábrica Gradvohl em 1924, iniciativa de empresários judeus de origem francesa. A chegada desse empreendimento foi um marco para a industrialização têxtil local, entretanto, o desenvolvimento do setor secundário no município não se deu de forma imediata após esse momento. A discrepância entre a força agrícola estável e a fragilidade industrial, que condicionou o desenvolvimento urbano na cidade, pode ser observada a partir dessa relação.

#### 3.2 Os Modernos (3ª fase – 1960 a 1980) em Maranguape

Na segunda metade dos anos 1950, algumas ações a nível nacional foram pensadas para estimular o desenvolvimento do setor secundário, como a criação do Grupo de Trabalho

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Não existem muitos registros sobre qual era o nome oficial da fábrica em sua instalação, mas documentos da SUDENE, na década de 1960, chamam de Indústria de Tecidos Maranguape.



para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), a ação mais intensa da SUDENE, o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), Banco do Nordeste, entre outros.

Esses acontecimentos precedem e influenciam diretamente o cenário da terceira fase de desenvolvimento da indústria têxtil no Ceará, também conhecida como geração dos Modernos, de 1960 a 1980. Essas duas décadas foram caracterizadas pelo desejo de modernizar as fábricas, substituindo o maquinário e reequipando as unidades, com suporte dos incentivos oferecidos pelos governos federal e estadual.

Em Maranguape, a produção de algodão colocava o município em posição de destaque regional. Na safra de 1961/1962, foi o maior produtor de algodão do estado, um total de 11.960,636 kg, em caroço, e 3.612,808 em pluma.

A antiga Gradvohl se torna Fábrica de Tecidos Maranguape (FATEMA), após ser adquirida pelo Grupo J. Macedo, mas não é mais a única unidade têxtil do município. Chegam à cidade a Fábrica Induchenil, em 1966, e a Chenosa, 1967 e a Tapetelene, 1975. Aragão (2002), ainda destaca o grupo formado exclusivamente pela tradição de bordado em Maranguape.

A cidade ganhou destaque no estado e recebeu dois empreendimentos importantes, o Distrito Industrial (D.I) e a Central de Abastecimento do Ceará (CEASA), ambos no então distrito de Maracanaú. Esse foi um momento de crescimento para o município, com novos equipamentos importantes e muitas atividades concentradas na sua área urbana, que, por sua vez, se expandiu. É verificado um aumento populacional acelerado, da década de 1970 para 1980, período de instalação do D.I., com uma dinâmica de crescimento da população urbana em detrimento do decréscimo da população rural.

#### 3.2 Novos Empresários (4ª fase – 1980 em diante) e os incentivos fiscais

A virada da década coincide com a quarta fase da industrialização têxtil no Ceará, dos anos de 1980 até os dias atuais, chamada de Geração Empresarial ou Novos Empresários.

O cultivo de algodão, do qual Maranguape era potência, entra em crise em todo o estado, decorrente da produção desorganizada e a praga do "bicudo", que dizimou parte da produção, trazendo prejuízos ao setor (Aragão, 2002; Leitão, 2009; Rigotto, 2004).

Logo em 1983, o distrito de Maracanaú se emancipa de Maranguape e é elevado à categoria de município. Com essa mudança, perdendo empreendimentos como o D.I. e a CEASA, Maranguape passa a figurar como cidade-dormitório, pois muitos de seus residentes se deslocavam diariamente para outros municípios, principalmente Fortaleza e Maracanaú, à



trabalho (Mendes, 2006). A emancipação impactou fortemente a economia de Maranguape. O município perdeu uma quantidade significativa de habitantes, como mostra a tabela 4<sup>7</sup>.

Tabela 1 – População de Maranguape e Maracanaú 1970-2010

Município	Situação de domicílio —	Ano					
		1970	1980	1991	2000	2010	
Maracanaú	Total			1.571.151	179.732	209.057	
	Urbana			156.410	179.170	207.635	
	Rural			741	562	1.422	
	Total	59.622	91.137	71.705	88.135	113.561	
Maranguape	Urbana	24.098	57.923	51.954	65.268	86.309	
	Rural	35.524	33.214	19.751	22.867	27.252	

Fonte: IBGE (2010). Adaptado pelos autores

Maranguape tem uma diminuição, da década de 1980 para 1991, de cerca de 20.000 habitantes. Por outro lado, o novo município, Maracanaú, aparece pela primeira vez no censo em 1991, com população expressiva de 157.151 habitantes, quase totalmente urbana. Além do decréscimo da população total, o desmembramento resultou também na redução de seu território, como indica a figura 4.

500000 520000 540000 500000 520000 540000 TERRITÓRIO DE MARANGUAPE ANTES E DEPOIS DA **EMANCIPAÇÃO DE MARACANAÚ (1983)** Maracanaú Maracanaú Maranguape Maranguape **LEGENDA** SISTEMA DE REFERÊNCIA DE COORDENADAS SIRGAS 2000 / UTM ZONA 24S EPSG: 3198 Distrito Industrial de Maracanaú (1966) Escala Numérica 1:550000 Maracanaú (1983) Fontes: IPECE (2021); IBGE (2023) Território original de Maranguape Elaboração: Maria Eduarda Oliveira de Lima (2023)Municípios CE 520000 500000 520000 500000 540000

Figura 4 – Território do município de Maranguape antes e depois da emancipação

Fonte: IPECE (2021), IBGE (2023). Elaborado pelos autores (2023).

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> No município de Maracanaú, além de concentrar os empreendimentos importantes já citados, foram realizadas políticas de habitação, assim como os setores da economia local se desenvolveram fortemente.



No Ceará, especificamente nos períodos do governo Tasso Jereissati (1987-1991, 1995-2002), o objetivo era acelerar o crescimento econômico. A gestão do governador institui um plano de desenvolvimento econômico para o Ceará, que visa inserir o estado na lógica da produção globalizada, tendo a indústria como vetor de modernização (Mendes, 2006).

Os estados brasileiros passam a oferecer vantagens para atrair novos investimentos industriais, dentre as quais as já comentadas isenções de ICMS, desencadeando desse modo a denominada "guerra fiscal" entre os estados da federação. O Ceará torna-se assim competitivo atraindo empresas de capitais nacionais sediadas no sul e sudeste do país, além de empresas multinacionais. É neste cenário que chegam a Maranguape novos empreendimentos [...] (Mendes, 2006, p. 109).

Segundo levantamento feito por Mendes (2006), a Dakota Nordeste S/A, fábrica de calçados gaúcha, se instalou em Maranguape no ano de 1995, frente às condições favoráveis à produção, oferta de incentivos e mão-de-obra. Esse empreendimento atraiu outros, empresas que compõem sua cadeia produtiva, como a Liko Nordeste, de para calçados; Paema, para produção de caixas e a Delfa, esponjas e ilhões. Essas também fornecem produtos para outras fábricas, de modo a ampliar a cadeia produtiva e gerar novos fluxos locais (Mendes, 2006).

Chega em 1996 a Mallory, indústria de eletrodomésticos de alta tecnologia proveniente de países do capitalismo central, colocando Maranguape em nova lógica de divisão territorial do trabalho (Mendes, 2006). Até hoje, essa unidade é a única fábrica da empresa de sede espanhola no Brasil.

Segundo Leitão (2009), a Dakota, à época, era a maior empregadora de mão-de-obra e a principal geradora de ICMS para o município; na área eletromecânica, a CPN-Chapas Perfuradas do Nordeste e Mallory, estavam em segundo lugar na geração de emprego e no recolhimento de ICMS. No setor de confecções vieram a Hope, Itajaí Têxtil, Feminize, além das de origem maranguapense Micrel Benfio Têxtil LTDA, sucedânea da Chenosa, Ligginani Confecção, BS Beneficiamento de confecção, Lidera Bordados, Cedal Elizete Barros e outras.

Essas indústrias eram atraídas pelos incentivos oferecidos, não só em âmbito nacional e estadual, mas também municipal, pois a prefeitura oferecia às empresas isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), por 10 anos.

A localização de Maranguape foi outro fator importante lembrado pelas indústrias química e de calçados. A proximidade de Fortaleza facilita o acesso a recursos de infra-estrutura, tecnológicos e humanos, além da ponte com os mercados nordestino e internacional. A vinda de empresas-clientes é mais um atrativo para a indústria química, compondo a cadeia produtiva (Rigotto, 2004, p. 260).

A década de 1990 revigorou economicamente o município, de 1995 a 2005, os esforços revitalizaram o setor industrial e as unidades fabris registraram um ritmo mais



intenso de industrialização em comparação com as décadas passadas. Até os anos 2000, 18 indústrias haviam sido implantadas no município (Leitão, 2009; Mendes, 2006).

Para as décadas seguintes, os principais gêneros foram, calçados, confecções, alimentícios, conforme mostra a tabela 5. Para o setor têxtil, o que identificamos é um crescimento mais tímido do setor têxtil desde a chegada das indústrias na década de 1990. Em 2015, eram indicadas 7 indústrias do ramo têxtil, número que cresceu a partir de então, chegando a 19 em 2020.

Tabela 2 – Indústrias de transformação ativas em Maranguape 2005-2020

Indústrias de transformação ativas em Maranguape 2005 -2020							
Tipo de indústria	2005	2010	2015	2020			
Metalurgia	4	12	31	43			
Mecânica	6	2	6	5			
Couros, peles e produtos similares	1	6	9	9			
Química	8	5	13	9			
Material plástico	2	-	4	5			
Têxtil	7	5	7	19			
Vestuário, calçados, artefatos de tecidos, couros e peles	76	131	603	496			
Produtos alimentares	33	25	95	135			
Total	137	186	768	721			

Fonte: IPECE (2023). Adaptado pelos autores.

#### FÁBRICA GRADVOHL / FATEMA

Na história da industrialização têxtil de Maranguape, um fixo ligado ao capital industrial enquanto agente produtor do espaço se destaca: a Fábrica Maranguape, primeira indústria do gênero no município. Para entender o início das suas atividades, em 1924, é preciso retomar os acontecimentos da França do final do século XIX, quando o setor têxtil do país assumiu papel motor do seu desenvolvimento industrial. Embora não com o mesmo peso que Inglaterra, e posteriormente os Estados Unidos, a França foi, por muito tempo, um dos principais países com os quais o Brasil manteve relações comerciais (Alvarenga Júnior, 2018; Monteiro, 2023).

Unindo o contexto francês ao cearense, a figura do *commissionaire*, ou comissário de mercadorias, colaborou para a expansão externa do mercado francês. "[...] Esses negociantes exerciam a função de estabelecer vínculos entre indústrias e compradores, assumindo posição intermediária de regulador da atividade industrial (Monteiro, 2023).

Em solo cearense pela primeira vez em 1964, o comissário Gérson Gradvohl fez várias viagens até se fixar no estado entre 1870 e 1871. Na segunda fase da industrialização têxtil no Ceará (Empreendedores – 1900 a 1960), registros indicam que a família Gradvohl gerenciava



pelo menos duas usinas de beneficiamento de algodão e óleo, uma em Sobral e outra em Maranguape (Aragão, 1989, 2002). É ainda em 1924, que a Usina de Beneficiamento de Algodão de Maranguape passa a unidade fabril têxtil, destinada ao beneficiamento e produção de algodõezinhos crus e sacarias. Das 9 indústrias fundadas nesse período no Ceará, apenas esta se localizava fora de Fortaleza (Aragão, 2002), no centro da cidade (figura 5).



Figura 5 - Mapa de localização da antiga Fábrica Maranguape, no centro da cidade

Fonte: IBGE (2023). Elaborado por Lima (2023).

Segundo Nunes (2021b), ao longo do funcionamento desta fábrica o quadro de operários era preenchido principalmente por mulheres, nos cargos de tecelagem, e homens, no carregamento e transporte dos produtos, encaminhando-os para o armazém da família Gradvohl, na Praia de Iracema, de onde seriam comercializados ou exportados.

Com a Segunda Guerra Mundial, os lucros da fábrica aumentaram diante da maior procura pelos tecidos. Ao longo da Era Vargas, de 1930 - 1945, acompanharam o período de fortalecimento das leis trabalhistas, garantindo os direitos previstos aos seus funcionários (Nunes, 2021b). Em 1935, os registros de Aragão (2002), indicam que a fábrica possuía 90 operários.

A empresa permaneceu sob o grupo Gradvohl por muitos anos, mudando de administração apenas na década de 1950, quando foi adquirida pelos irmãos Flávio Parente e José Parente, salineiros. Mesmo com a mudança de proprietários, a produção continuou a



mesma, de sacarias, mas voltada para embalagem dos produtos de suas salinas (Aragão, 1989; 2002).

Apesar de uma produção específica de sacarias para um outro setor industrial, é possível inferir que o contexto caótico impactou as atividades da Fábrica Maranguape, que fechou as portas nos anos 1950 (Aragão, 2002). Ao analisar a fábrica em atividade ao longo do terceiro período de industrialização têxtil, verificamos que foi necessário modernizar a linha de produção, problema comum que outras fábricas também enfrentaram nessa fase. A Fábrica Gradvohl funcionou desde a década de 1930 até 1959, quando decretou falência.

Entre 1962 e 1963, a empresa falida é colocada à venda em leilão público, no qual foi arrematada pelo grupo J. Macêdo, voltando, enfim, a ativa (Aragão, 2002). Sob a administração J. Macêdo, a empresa se moderniza e passa a assumir importante papel em Maranguape, principalmente por desenvolver uma série de ações sociais para a comunidade.

Em maio de 1963<sup>8</sup>, a Fábrica de Tecidos Maranguape (FATEMA), como foi nomeada sob a gestão J. Macêdo, é inaugurada. A fábrica foi muito importante para o município, pois, já em sua instalação, representou um pontapé para a geração de empregos e renda, assim como foi relevante no âmbito social, promovendo ações que beneficiassem seus funcionários e a população local (Nunes, 2021a).

O motivo para a compra e reativação da fábrica, conforme Aragão (2002), foi o aumento da produção do Moinho Fortaleza, unidade na capital que também pertence ao Grupo J. Macedo. Isto resultou, consequentemente, na maior demanda por sacos de algodão para embalar o produto. Surgiu então a ideia, materializada em Maranguape, de produzir os próprios sacos, ao invés de comprá-los.

Essa nova gestão da fábrica inicia as atividades na terceira fase da industrialização têxtil, a dos Modernos (1960 - 1980) conforme Aragão (2002), que tem como característica principal a ação estatal, principalmente com a SUDENE, para desenvolver o setor, oferecendo incentivos e financiamentos. Não fugindo dessa lógica, a FATEMA foi beneficiada com incentivos fiscais. No acervo da Superintendência, é possível encontrar registros de Pareceres emitidos pelo órgão em apoio à atividade que se desenvolvia em Maranguape.

Em Parecer aceito em 15 de outubro de 1962, a J. Macêdo pleiteou, através da SUDENE, isenção dos impostos e taxas aduaneiras:

"J. Macêdo S/A - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA", doravante referida simplesmente como "J. Macêdo", pleiteia, através da SUDENE, isenção de impostos e taxas aduaneiros que incidir sôbre os equipamentos e peças que deseja

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Enquanto Nunes afirma a inauguração em 1963, Aragão (2002) diz que a fábrica iniciou suas atividades entre os anos de 1962 e 1963.



importar para reforma e modernização parcial da "Fábrica de Tecidos Maranguape", localizada em Maranguape, Estado do Ceará, de sua propriedade (SUDENE, 1962, p. 1).

O mesmo documento faz referência à prévios investimentos feitos logo após a compra da unidade,

Sua capacidade de produção é reduzida, mesmo após a introdução de máquinas, novas e usadas, pela firma "J. Macêdo", pois conta atualmente com apenas 7 filatórios antiquados e 45 teares mecânicos. Esses e os demais equipamentos, salvo os recentemente adquiridos, tem mais de 30 anos de uso [...] (SUDENE, 1962, p. 2).

O Parecer conclui que a reabertura da fábrica contribuirá para restauração de uma das poucas indústrias existentes em Maranguape, reconhecendo

[...] como prioritários para o desenvolvimento econômico do Nordeste os equipamentos serem importados pela firma "J. Macêdo S/A - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA", [...] destinados à primeira etapa do programa de recuperação da fábrica de tecidos de Maranguape, de sua propriedade. [...] a SUDENE proporá a expedição competente Decreto a fim de que a importação referida seja isentada do pagamento dos impostos e taxas federais de importação [...] (SUDENE, 1962, p. 6).

No ano seguinte, 1963, o Decreto nº 51.755, de 27 de Fevereiro de 1963 (Brasil, 1963) afirmou novamente como prioritária a importação de equipamentos novos, sem similares nacionais, consignados à J. Macêdo, com isenção de taxas e impostos federais de importação. No mesmo ano, um novo decreto, de mesmo caráter, foi aprovado, o Decreto nº 52.095, de 5 de Junho de 1963 (Brasil, 1963). A maquinaria modernizada vinha de países como Alemanha, Estados Unidos da América e de outras regiões do Brasil, chegava a produzir cerca de 100 toneladas de fios de tamanhos variados ao mês, todos utilizados para a produção de sacos (Aragão, 2002).

Anos depois, em 1968, uma nova solicitação da J. Macêdo à SUDENE por isenção de impostos e taxas aduaneiros e apoio financeiro do Banco do Nordeste, foi acatada (SUDENE, 1968). No documento são indicadas algumas características sobre a produção, que oscilava em torno de 1.861.000 sacos e 832.000m de tela. Com o novo parecer, e os benefícios concedidos, a empresa conseguiu maior racionalidade ao seu processo produtivo, com a possibilidade de alcançar a confecção de 2.711.800 sacos para farinha e 925.476 sacos para farelo (SUDENE, 1968) destinados para os produtos do Moinho Fortaleza.

As vantagens do projeto para a região, citadas no parecer, são:

a) - aumento da produtividade pela melhor tecnologia do equipamento a ser adquirido; b) diminuição da capacidade ociosa de determinados equipamentos existentes; c) - substituição de importação de outras regiões; d) utilização de matérias-primas regionais; e) criação de novos 14 empregos diretos estáveis e manutenção de 170 (SUDENE, 1968, p. 7).



Em 1970, a SUDENE aprovou um parecer reconhecendo que a FATEMA preenchia os requisitos fundamentais para se beneficiar da redução de 50% do Imposto de Renda e adicionais que tivesse que pagar, até o ano de 1978. No ano seguinte, novamente a fábrica foi isentada de pagar impostos para a importação de equipamentos.

O último registro encontrado no acervo online da SUDENE data de 1978, quando a FATEMA é reconhecida como merecedora de colaboração financeira do FINOR, recebendo redução de 50% do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, máquinas, aparelhos e acessórios.

A fábrica foi muito popular na cidade de Maranguape, devido às condições de trabalho favoráveis, que à época não eram exigidas por lei, mas garantidas dentro do grupo, sendo uma das poucas que oferecia certos benefícios aos seus funcionários. Dentre os benefícios estão: assistência médica e odontológica, piso salarial superior à média das outras empresas do setor, alimentação e 13º salário (Aragão, 2002).

Durante alguns momentos de sua história, a FATEMA chegou a compor um quadro de até 500 funcionários, que executavam tarefas manuais e com máquinas. Dentre o acervo geral, o maquinário era composto por 9 filatórios de anéis (aparelhos com que se formam os novelos para fiação) e mais de 100 máquinas de tecelagem instaladas (Nunes, 2021c).

Dentre todas as iniciativas da J. Macêdo, a mais notável, que causou impactos mais diretos na área urbana de Maranguape foi a construção da Vila J. Macêdo, uma vila operária para parte de seus funcionários. Esta é uma característica notada por Aragão (2002) ao longo do período: em um contexto no qual serviços públicos de amparo social não eram tão fortes, os empresários se responsabilizavam por alguns benefícios, à exemplo o de habitação. A preocupação em fornecer moradia para os trabalhadores, através de vilas operárias, foi realidade para muitas indústrias.

Em Maranguape, a FATEMA construiu 36 residências, diferenciadas pelo tamanho e cor: quatro casas grandes, amarelas, destinadas aos profissionais de alto escalão; as outras, menores de cores branca e cinza, reservadas para a mão-de-obra especializada. Para morar, era cobrado um valor de 20% sobre o salário, automaticamente descontado (Aragão, 2002; Nunes, 2021c).

Quando a indústria encerrou as atividades, os funcionários tiveram que entregar suas casas, colocadas à venda em seguida. Com o passar do tempo e intervenção de seus novos proprietários, acabaram perdendo as características arquitetônicas originais. A vila está



localizada na atual Rua João Mendes Vasconcelos, a cerca de 1,5 km da antiga fábrica, como mostra o mapa da Figura 5.



Figura 5 – Mapa de localização da vila e distância da FATEMA

Fonte: Google Satellite (2023). Elaborado pelos autores (2023).

Com o surgimento do saco plástico, mais barato que o de algodão, a FATEMA começou a enfrentar dificuldades, ao ver seu produto se tornar obsoleto (Nunes, 2021c). No momento em que deixou de ser lucrativa, as atividades foram encerradas no final da década de 1960, permanecendo, segundo Nunes (2021c), como patrimônio do Grupo.

Em 2021, o prédio, cuja estrutura estava conservada, foi demolido para a construção de um novo empreendimento, o Pátio Pirapora, pátio comercial com variedade de comércio e serviços, como é possível observar na Figura 6.

Figura 6 - Estrutura da fábrica antes e depois da demolição e com a atual construção do Pátio Pirapora





Nas imagens de cima, registros da fábrica antes e depois da demolição, em 2021. Fonte: Nunes (2021a). Nas fotos abaixo, o Pátio Pirapora, em novembro de 2023. Fonte: Acervo pessoal (2023).

Na segunda metade do século XX, com base em trabalhos de Muniz (2022), Silva e Muniz (2022) e Queiroz et al (2022), a revolução tecnológica e o impulso dado pelas políticas industriais do Estado viabilizaram melhorias na comunicação, transportes e infraestrutura, redirecionando parte das indústrias para fora dos centros urbanos. Os espaços deixados foram aos poucos sendo ocupados por novas atividades econômicas, notadamente o comércio.

Com base na reflexão de Silva e Muniz (2022), entendemos que houve uma reconfiguração nos espaços, que deixaram de sustentar e valorizar o setor produtivo e se transformaram. Os espaços são verdadeiramente refuncionalizados e passam a assumir novas funções, notadamente comercial e de serviços.

As grandes indústrias do passado foram sendo refuncionalizadas ou demolidas para a construção de novos empreendimentos de residências, de comércios e de serviços, como conjuntos residenciais, condomínios fechados, shopping centers e outros usos dominados pelo mercado imobiliário (Silva; Muniz, 2022, p. 14).

Em março de 2023, foi inaugurado o Pinheiro Ofertão, empreendimento da rede Bom Vizinho Distribuidora de Alimentos. Com significativa capilaridade no Ceará, a rede de Supermercados Pinheiro possui 18 lojas próprias, um centro de distribuição, dentre outros serviços, presente em 10 municípios. A empresa atua no estado há mais de 30 anos e hoje figura entre as principais redes do Nordeste, mesmo com unidades apenas no Ceará.

No Pátio Pirapora, o supermercado ocupa uma área de cerca de 1.200m², com portfólio de cerca de 6 mil itens. Além desse, o espaço refuncionalizado conta com a academia de alto padrão Greenlife, uma loja oBoticário, a sorveteria Pra lá de bom, a joalheria Madean, a loja Quarttos Móveis, a lavanderia Lavamar Express, a Sorveteria Frosty, a Farmácia Pague Menos e estacionamentos a céu aberto e no subsolo, sendo este pago.



O Pátio se insere na lógica econômica do centro de Maranguape, que atualmente concentra significativa atividade terciária. Em 2020, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), estavam registrados 306 estabelecimentos comerciais e um total de 2.272 vínculos empregatícios (Lima, 2023). Quanto aos supermercados, segundo a mesma autora, de todos os supermercados registrados no município, ao todo 9, 6 estão localizados no centro. A dinâmica do comércio pode ser ratificada pelo crescimento desta atividade em Maranguape, com refuncionalização de espaços e do reforço de centralidades.

A mudança de função do fixo fabril em 2021 e início das atividades do Pátio Pirapora, evidencia a reorganização do espaço urbano de Maranguape, seguindo lógicas econômicas atuais, mais centradas no comércio e nos serviços. Essa transformação é exemplo de um amplo fenômeno de crescimento do terciário nas cidades da RMF. Portanto, a trajetória investigada, da Fábrica Maranguape, não se restringe à história industrial, mas constitui chave analítica para compreender como diferentes ciclos produtivos moldam, fragilizam ou reforçam centralidades urbanas.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ocupação inicial de Maranguape, no Ceará, ainda no século XVII e o seu crescimento sempre estiveram associados às condições naturais locais, que condicionaram a organização no território e os tipos de atividade econômica que seriam desenvolvidas. A cotonicultura foi de suma importância para o desenvolvimento econômico e urbano, visto que este município foi um dos principais produtores do Ceará e seu produto abastecia o mercado local e até mesmo internacional.

A FATEMA foi um relevante fixo para Maranguape. Primeira indústria do ramo têxtil no município, funcionou por quase cinco décadas, começando sob a administração da família Gradvohl, encerrando as atividades e retomando na década de 1960, sob o Grupo J. Macedo.

A industrialização de Maranguape, portanto, seguiu a lógica da industrialização cearense, acompanhando a produção agrícola, popularização do algodão local a nível internacional e oscilando conforme fatores endógenos e exógenos à produção que afetam a atividade algodoeira. Ao final do século XX e início do século XXI, significativas mudanças foram desencadeadas com o fortalecimento do setor terciário nos municípios metropolitanos, impulsionadas pelo crescimento da população, mudanças de hábitos de consumo e metropolização de Fortaleza, assim reconfigurando o espaço urbano de Maranguape a partir da refuncionalização de fixos de produção para espaços da comercialização e dos serviços.



# REFERÊNCIAS

ALVARENGA JÚNIOR, Eustáquio Gonzaga. A imigração e o comércio dos franco-judeus no Ceará (Aracati e Fortaleza - 1870/1918). **Revista do Instituto do Ceará**, p. 131-176, 2018.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará:** o setor de fiação e tecelagem 1880-1950. Fortaleza: Edições UFC, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Fiar e o Tecer:** 120 anos da indústria têxtil no Ceará. Fortaleza: SINDITÊXTIL / FIEC, 2002.

ARAGÃO, F. J. P. O Impacto Social da Política de Incentivos Fiscais no Estado do Ceará o Caso de Maranguape. 2005. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, 2005.

BARROS, José D'Assunção. Fixos e fluxos: revisitando um par conceitual. **Cuad. Geogr. Rev. Colomb. Geogr.**, Bogotá, v. 29, n. 2, p. 493-504, Dec. 2020. Disponível em: https://shre.ink/SuAf. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 51.755, de 27 de Fevereiro de 1963. **Lex:** Coleção de Leis do Brasil - 1963, Página 573. Disponível em: https://www.camara.leg.br/. Acesso em: 15 maio 2025.

Decreto nº 52.095, de 5 de Junho de 1963. **Lex:** Coleção de Leis do Brasil - 1963, Página 453 Vol. 4 (Publicação Original). Disponível em: https://www.camara.leg.br/. Acesso em: 15 maio 2025.

GIRÃO, Raimundo. História Econômica do Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará. 1947.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 14 maio 2025.

. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. XVI – Volume. Rio de Janeiro, IBGE, 1959. (Ceará – Maranguape). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/. Acesso em: 24 maio 2025.

. **IBGE Cidades:** Maranguape (CE), 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maranguape/historico. Acesso em: 13 maio 2025.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Anuário Estatístico do Ceará**, 2017. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/anuario-estatistico-do-ceara/. Acesso em: 13 maio 2025.

LEITÃO, Juarez. **Maranguape:** de personagens e fatos históricos. Fortaleza: Assaré, 2009. 396 p.

LIMA, Maria Eduarda Oliveira de. Espaço e economia urbana em Maranguape. 2023. 96 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.



MENDES, Marília Colares. **Metropolização e indústria:** maranguape no contexto da região metropolitana de Fortaleza-CE. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado) Curso de Geografia, Universidade Estadual do Ceará - Uece, Fortaleza, 2006.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Europa, França e Ceará:** origens do capital estrangeiro no Brasil. 2. ed. Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/73515. Acesso em: 13 maio. 2025.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. **Geografia da indústria têxtil e de confecção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022.

NUNES, Neide. Domingão com boas lembranças. **Blog Neide Nunes**. Maranguape, 2 maio 2021a. Disponível em: https://neidenunes.wordpress.com. Acesso em: 13 maio 2025.

NUNES, Neide. Os pioneiros da indústria têxtil em Maranguape. **Blog Neide Nunes**. Maranguape, 13 maio 2021b. Disponível em: https://neidenunes.wordpress.com/2021/05/13/. Acesso em: 13 maio 2025.

NUNES, Neide. Sentimentos de afeto e saudade na história da Fábrica de Tecidos J.Macedo. **Blog Neide Nunes**. Maranguape, 8 jun. 2021c. Disponível em: https://neidenunes.wordpress.com/2021/06/08/3665/. Acesso em: 13 maio 2025.

QUEIROZ, Emanuelton Antony Noberto de. et al.. O uso de trilhas urbanas para compreender as transformações do espaço urbano no bairro cais do porto fortaleza-ce na escola municipal de tempo integral professor álvaro costa – EMTIPAC. **Anais... CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: https://shre.ink/SuLl. Acesso em: 9 maio 2025.

RIGOTTO, R. M. **O** progresso chegou. E agora? As tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento. 2004. 566 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SILVA, José Borzacchiello da; MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. A indústria têxtil e a produção do espaço urbano. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Aprova a regulamentação dos incentivos fiscais administrados pela SUDENE. **Resolução Nº 5.193**. Recife, 22 de julho de 1970. Disponível em: http://procondel.sudene.gov.br. Acesso em: 19 maio 2025.

. Aprova a regulamentação dos incentivos fiscais administrados pela SUDENE. <b>Resolução Nº 7.824</b> . Recife, 15 de dezembro de 1978. Disponível em:
http://procondel.sudene.gov.br. Acesso em: 19 maio 2025.
. Parecer sobre a isenção de impostos na importação de equipamentos, de 15 de
outubro de 1962. Processo SUDENE - 1376/62. Parecer DAEB - 360/62. Recife, 15 de
outubro de 1962. Disponível em: http://procondel.sudene.gov.br. Acesso em: 19 maio 2025.
. Parecer sobre a isenção de impostos e taxas de importação e apoio financeiro do
Banco do Nordeste do Brasil. Processo SUDENE - 1779/67. Parecer DI - 137/68. Recife, 22
de majo de 1968. Disponível em: http://procondel.sudene.gov.br. Acesso em: 19 majo 2025